



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO
JUNTO À SANTA SÉ PARA A APRESENTAÇÃO
DOS BONS VOTOS DE ANO NOVO***

Segunda-feira, 8 de Janeiro de 2007

Senhor Decano

Excelências, minhas Senhoras

e meus Senhores!

É com prazer que vos recebo hoje, para esta tradicional cerimónia de troca de bons votos. Não obstante ela se repita todos os anos, não se trata contudo de uma simples formalidade, mas de uma ocasião para afirmar a nossa esperança e para nos comprometer cada vez mais ao serviço da paz e do desenvolvimento das pessoas e dos povos.

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao vosso Decano, Senhor Embaixador Giovanni Galassi, as amáveis palavras mediante as quais expressou os vossos sentimentos. Dirijo também uma saudação particular aos Embaixadores que participam pela primeira vez neste encontro. Apresento a todos os meus votos mais cordiais e garanto-vos as minhas orações, para que 2007 vos traga, a vós próprios e às vossas famílias, aos colaboradores, a todos os povos e seus dirigentes, o bem-estar e a paz.

No início do ano, somos convidados a lançar um olhar sobre a situação internacional, para enquadrar os desafios que somos chamados a enfrentar juntos. Entre as questões fundamentais, como não pensar nos milhões de pessoas, especialmente nas mulheres e nas crianças, que não têm água, alimentos, habitação? O escândalo da fome, que tende a agravar-se, é inaceitável num mundo que dispõe de bens, de conhecimentos e de meios para lhe pôr termo. Ele estimula-nos a mudar os nossos modos de vida; recorda-nos a urgência de eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e de corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente e um desenvolvimento humano integral para o presente e sobretudo para o futuro. Convido de novo os Responsáveis das Nações mais ricas a tomar as

disposições necessárias para que os países pobres, com frequência cheios de riquezas naturais, possam beneficiar dos frutos dos bens que lhes pertencem. Sob este ponto de vista, o atraso na realização dos compromissos assumidos pela comunidade internacional durante os últimos anos é também motivo de preocupação. Por conseguinte, é necessário desejar a retomada das negociações comerciais do "Doha Development Round" da Organização Mundial do Comércio, assim como o prosseguimento e a aceleração do processo de anulação e de redução da dívida dos países mais pobres, sem que isto esteja condicionado a medidas de ajustamento estrutural, negativas para as populações mais vulneráveis.

De igual modo, no campo do desarmamento multiplicam-se os sintomas de uma crise progressiva, ligada às dificuldades nas negociações sobre as armas convencionais assim como sobre as armas de destruição de massa e, por outro lado, ao aumento das despesas militares em escala mundial.

As questões de segurança, agravadas pelo terrorismo, que é necessário condenar firmemente, devem ser enfrentadas de maneira global e clarividente.

No que diz respeito às crises humanitárias, convém observar que as Organizações que as enfrentam precisam de um apoio mais forte, a fim de que sejam capazes de fornecer às vítimas protecção e assistência. Outra questão que assume cada vez mais importância é a da mobilidade das pessoas: milhões de homens e mulheres são obrigados a deixar os seus lares ou a sua pátria por causa de violências ou para procurar condições de vida mais dignas. É ilusório pensar que os fenómenos migratórios poderão ser impedidos ou controlados simplesmente pela força. As migrações e os problemas a que dão origem devem ser enfrentados com humanidade, justiça e compaixão.

Como não se preocupar com os contínuos atentados contra a vida, desde a concepção até à morte natural? Não evitam estes atentados nem sequer regiões nas quais a cultura do respeito da vida é tradicional, como em África, onde se tenta banalizar sub-repticiamente o aborto, através do Protocolo de Maputo, assim como através do Plano de acção adoptado pelos Ministros da saúde da União Africana, que em breve será submetida à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

De igual modo desenvolvem-se as ameaças contra a estrutura natural da família, fundada sobre o matrimónio de um homem e de uma mulher, e as tentativas de a relativizar conferindo-lhe o mesmo estatuto de outras formas de união radicalmente diferentes. Tudo isto ofende a família e contribui para a desestabilizar, violando a sua especificidade e o seu papel social único. Outras formas de agressão à vida são por vezes cometidas sob forma de pesquisa científica. Difunde-se a convicção de que a pesquisa se submete apenas às leis que ela se deseja dar e que não tem outros limites a não ser as próprias possibilidades. Isto verifica-se, por exemplo, nas tentativas de legitimar a clonagem humana para hipotéticas finalidades terapêuticas.

Este quadro preocupante não impede de entrever elementos positivos que caracterizam a nossa época. Desejo mencionar em primeiro lugar a crescente tomada de consciência da importância do diálogo entre as culturas e entre as religiões. Trata-se de uma necessidade vital, em particular devido aos desafios comuns relativos à família e à sociedade. Ressalto antes de tudo as numerosas iniciativas neste sentido, que têm por finalidade, lançar as bases comuns para viver na concórdia.

Deve-se notar também o desenvolvimento da tomada de consciência da comunidade internacional perante os grandes desafios do nosso tempo, assim como os esforços para que se transforme em actos concretos. No âmbito da Organização das Nações Unidas, foi criado no ano passado o Conselho dos Direitos do Homem, cuja actividade esperamos que se centralize sobre a defesa e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa, em particular sobre os direitos à vida e à liberdade religiosa. Ao mencionar as Nações Unidas, sinto o dever de saudar com gratidão Sua Excelência o Senhor Kofi Annan pela obra realizada durante os seus dois mandatos de Secretário-Geral. Formulo os meus melhores votos pelo seu sucessor, Senhor Ban Ki-moon, no momento em que assume as suas funções.

No âmbito do desenvolvimento, diversas iniciativas foram de igual modo lançadas, às quais a Santa Sé não deixou de dar o seu apoio, recordando ao mesmo tempo que estes projectos não devem eliminar o compromisso dos países desenvolvidos a destinar 0,7% do seu produto interno bruto para a ajuda internacional. Outro elemento importante no esforço comum para a erradicação da miséria exige não só uma assistência, a qual desejamos que se expanda, mas também a tomada de consciência da importância da luta contra a corrupção e a promoção do bom governo. É também necessário encorajar e prosseguir os esforços realizados a fim de garantir a aplicação do direito humanitário às pessoas e aos povos, para uma protecção mais eficaz das populações civis.

Considerando a situação política nos diferentes continentes, ainda encontramos motivos de preocupação e de esperança. Verificamos, em primeiro lugar, que a paz é com muita frequência frágil e até injuriada. Não podemos esquecer o Continente africano. O drama do Darfour continua e expande-se às regiões fronteiras do Chade e da República Centro-Africana. A comunidade internacional parece ser impotente há quatro anos, não obstante as iniciativas destinadas a aliviar as populações provadas e a dar uma solução política. Só mediante uma colaboração activa entre as Nações Unidas, a União Africana, os governos envolvidos e outros protagonistas é que estes meios poderão tornar-se eficazes. Convido-os a todos a agir com determinação: não podemos aceitar que tantos inocentes continuem a sofrer e a morrer deste modo.

A situação no Corno de África agravou-se recentemente, com a retomada das hostilidades e com a internacionalização do conflito. Ao fazer apelo a todas as partes para que abandonem as armas e adotem a negociação, seja-me consentido recordar a memória da Irmã Leonella Sgorbati que deu a sua vida ao serviço dos mais desfavorecidos, invocando o perdão para os seus algozes. O

seu exemplo e o seu testemunho inspirem todos os que procuram realmente o bem da Somália.

Em Uganda, é necessário desejar os progressos das negociações entre as partes, em vista do fim de um conflito cruel que vê inclusivamente o recrutamento de numerosas crianças obrigadas a tornarem-se soldados. Isto permitirá aos numerosos prófugos de regressar às suas casas e de reencontrar uma vida digna. A contribuição dos chefes religiosos e a recente designação de um Representante do Secretariado Geral das Nações Unidas são bons auspícios. Repito: não esqueçamos a África e as suas numerosas situações de guerra e de tensão. É preciso recordar que unicamente as negociações entre os diferentes protagonistas podem abrir o caminho a um regulamento justo dos conflitos e fazer entrever progressos rumo à consolidação da paz.

A Região dos Grandes Lagos está ensanguentada desde há anos por guerras sem piedade. É necessário acolher os recentes desenvolvimentos positivos com interesse e esperança, sobretudo a conclusão da fase de transição política no Burundi e mais recentemente na República Democrática do Congo. Contudo é urgente que os países se dediquem a um regresso ao funcionamento das instituições do estado de direito, para corrigir todos os arbítrios e para permitir o desenvolvimento social. Em Ruanda, faço votos por que o longo processo de reconciliação nacional depois do genocídio encontre a sua saída na justiça, mas também na verdade e no perdão. A Conferência internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, com a participação de uma delegação da Santa Sé e dos representantes de numerosas conferências episcopais nacionais e regionais da África central e oriental, deixe entrever novas esperanças. Por fim, gostaria de mencionar a Costa do Marfim, exortando as partes em causa a criar um clima de confiança recíproca que possa levar ao desarmamento e à pacificação, e por outro lado, a África Austral: nestes países, milhões de pessoas encontram-se numa situação de vulnerabilidade, que exige a atenção e o apoio da comunidade internacional.

Sinais positivos para a África vêm também da vontade expressa pela Comunidade Internacional de manter este continente no centro da sua atenção, e também do fortalecimento das instituições continentais e regionais, que dão testemunho da intenção dos países envolvidos a responsabilizarem-se cada vez mais pelo seu destino. É necessário também elogiar a atitude digna das pessoas que, todos os dias, se empenham com determinação para promover projectos que contribuem para o desenvolvimento e para a organização da vida económica e social.

A viagem apostólica que realizarei no próximo mês de Maio ao Brasil dá-me a ocasião de dirigir o meu olhar para este grande País, que me espera com alegria, e para toda a América Latina e as Caraíbas. O melhoramento de determinados índices económicos, o compromisso na luta contra o tráfico de droga e contra a corrupção, os diversos processos de integração, os esforços por melhorar o acesso à educação, para combater o desemprego e para reduzir as desigualdades na distribuição dos bens, constituem índices que se devem realçar com satisfação. Se estas evoluções se consolidarem, poderão contribuir de modo determinante para vencer a pobreza que aflige vastos sectores da população e incrementar a estabilidade institucional. Tratando-se das

eleições que foram feitas no ano passado em vários países, convém ressaltar que a democracia está chamada a tomar em consideração as aspirações de todos os cidadãos, a promover o desenvolvimento no respeito de todos os componentes da sociedade, segundo os princípios da solidariedade, da subsidiariedade e da justiça. Contudo, é preciso advertir contra o risco de que a prática da democracia se transforme em ditadura do relativismo, propondo modelos antropológicos incompatíveis com a natureza e a dignidade do homem.

A minha atenção dirige-se agora de modo especial para alguns países, sobretudo a Colômbia, onde o prolongado conflito interno provocou uma crise humanitária, sobretudo no que se refere aos prófugos. Devem ser feitos todos os esforços para pacificar o país, para que às famílias sejam restituídos os seus parentes dos quais foram privadas, para dar de novo segurança e vida normal a milhões de pessoas. Estes sinais darão confiança a todos, inclusive a quantos foram envolvidos na luta armada. O nosso olhar volta-se para Cuba. Ao desejar que cada um dos seus habitantes possa realizar as suas aspirações legítimas na preocupação pelo bem comum, permiti que eu retome o apelo do meu venerado Predecessor: "Cuba abra-se ao mundo e o mundo a Cuba". A abertura recíproca aos outros países dará benefícios a todos. Não distante dali, o povo haitiano vive sempre numa grande pobreza e na violência. Os meus auspícios são por que o interesse da comunidade internacional, manifestado entre outros pelas conferências dos doadores realizadas em 2006, levem à consolidação das instituições e permita que o povo se torne artífice do seu progresso, num clima de reconciliação e concórdia.

Na Ásia vêem-se principalmente países que se caracterizam por uma população muito numerosa e um grande progresso económico. Penso na China e na Índia, países em plena expansão, desejando que a sua presença crescente no cenário internacional determine benefícios para as próprias populações e para as outras nações. De igual modo, formulo votos pelo Vietname, recordando a sua recente adesão à Organização Mundial do Comércio. O meu pensamento dirige-se às comunidades cristãs. Na maior parte dos países da Ásia, trata-se com frequência de comunidades pequenas mas vivas, que desejam poder viver legitimamente e agir num clima de liberdade religiosa. É, ao mesmo tempo, um direito primordial e uma condição que lhes permitirá contribuir para o progresso material e espiritual da sociedade, e ser elementos de união e de concórdia.

Em Timor Leste, a Igreja Católica deseja continuar a oferecer o seu contributo sobretudo nos sectores da educação, da saúde e da reconciliação nacional. A crise política vivida por este jovem Estado, assim como por outros países da região, põe em relevo uma certa fragilidade do processo de democratização. Existem perigosos focos de tensão na Península Coreana. O objectivo da reconciliação do povo coreano e a desnuclearização da Península, que terão efeitos benéficos em toda a região, devem ser prosseguidos no âmbito de negociações. Convém evitar os gestos que possam comprometer as negociações, sem contudo condicionar os resultados das ajudas humanitárias destinadas às camadas mais vulneráveis da população da Coreia do Norte.

Gostaria de chamar a vossa atenção para outros dois países asiáticos, que constituem motivos de preocupação. No Afeganistão, durante os últimos meses, infelizmente é necessário deplorar um notável aumento da violência e dos ataques terroristas, que tornam difícil o caminho para sair da crise e que pesam em grande medida sobre as populações locais. No Sri Lanka, a falência das negociações de Genebra entre o Governo e o Movimento Tamoul originou uma intensificação do conflito, que causa imensos sofrimentos entre a população civil. Unicamente o caminho do diálogo poderá garantir um futuro melhor e mais seguro para todos.

O Médio Oriente é também fonte de grandes preocupações. Por isso, quis dirigir uma Carta aos católicos da região por ocasião do Natal, para expressar a minha solidariedade e proximidade espiritual com todos, e para os encorajar a prosseguir a sua presença na região, na certeza de que o seu testemunho será uma ajuda e um apoio em vista de um futuro de paz e de fraternidade. Renovo o meu apelo urgente a todas as partes em causa sobre o complexo quadro político da região, com a esperança de que se consolidarão os sinais positivos entre Israelenses e Palestinos, que se verificaram durante as últimas semanas. A Santa Sé nunca se cansará de repetir que as soluções armadas a nada conduzem, como se verificou no Líbano no Verão passado. O futuro deste país passa necessariamente pela unidade de todos os seus componentes e por relações fraternas entre os diferentes grupos religiosos e sociais. Isto constitui uma mensagem de esperança para todos. Não é possível contentar-se com soluções parciais ou unilaterais. Para pôr termo à crise e aos sofrimentos que ela origina nas populações, é necessário proceder mediante uma abordagem global, que não exclua ninguém da busca de uma solução negociada e que tenha em consideração as aspirações e os interesses legítimos dos diferentes povos envolvidos; sobretudo, os Libaneses têm o direito de ver respeitadas a integridade e a soberania do seu país; os Israelenses têm o direito de viver em paz no seu Estado; os Palestinos têm o direito a uma pátria livre e soberana. Se cada povo da região vir que as suas expectativas são tomadas em consideração e se sentir menos ameaçado, fortalece-se a confiança recíproca. Esta mesma confiança desenvolver-se-á se um país como o Irão, sobretudo no que diz respeito ao seu programa nuclear, aceitar dar uma resposta satisfatória às preocupações legítimas da comunidade internacional. Os passos dados nesta direcção terão sem dúvida alguma um efeito positivo para a estabilização de toda a região, e do Iraque em particular, pondo termo à assustadora violência que ensanguenta este país e oferecendo a possibilidade de relançar a sua reconstrução e a reconciliação entre todos os seus habitantes.

Mais perto de nós, na Europa, novos países, como a Bulgária e a Roménia, nações de longa tradição cristã, fizeram a sua entrada na União Europeia. Quando nos preparamos para celebrar o cinquentenário dos Tratados de Roma, impõe-se uma reflexão sobre o Tratado constitucional. Faço votos por que os valores fundamentais que estão na base da dignidade humana sejam plenamente protegidos, em particular a liberdade religiosa em todas as suas dimensões e os direitos institucionais das Igrejas. De igual modo, não se pode prescindir do inegável património cristão deste continente, que contribuiu em grande medida para modelar a Europa das nações e a Europa dos povos. O cinquentenário da insurreição de Budapeste, celebrado no passado mês de

Outubro, recordou-nos os acontecimentos dramáticos do século XX que estimulam todos os Europeus a construir um futuro livre de qualquer opressão e condicionamento ideológico, a tecer vínculos de amizade e de fraternidade, e a manifestar solicitude e solidariedade para com os mais pobres e os mais pequenos; de igual modo, é importante purificar as tensões do passado, promovendo a reconciliação a todos os níveis, pois só ela permite construir o porvir e abrir-se à esperança. Faço apelo também a quantos, no continente europeu são tentados pelo terrorismo, a cessar qualquer actividade deste tipo, porque comportamentos como esses, que fazem prevalecer a violência e geram medo entre as populações, são um caminho sem saída. Penso também nos diversos "conflitos suspensos", desejando que encontrem rapidamente uma solução definitiva, e nas tensões recorrentes relacionadas hoje sobretudo com os recursos energéticos.

Desejo que a região dos Balcãs alcance a estabilização que todos esperam, sobretudo graças à integração das nações que a compõem nas estruturas continentais e ao apoio da comunidade internacional. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República de Montenegro, que acaba de entrar pacificamente no concerto das nações, e o Acordo de Base assinado com a Bósnia e Herzegovina são provas da atenção constante da Santa Sé pela região dos Balcãs. Ao aproximar-se o momento em que será definido o Estatuto do Kosovo, a Santa Sé pede a quantos são envolvidos um esforço de sabedoria clarividente, de flexibilidade e de moderação, para que seja encontrada uma solução que respeite os direitos e as expectativas legítimas de todos.

As situações que recordei constituem um desafio, que diz respeito a todos nós; trata-se de um desafio que consiste em promover e em consolidar tudo o que há de positivo no mundo e a superar, com boa vontade, sabedoria e tenacidade tudo o que fere, degrada e mata o homem. Só respeitando a pessoa humana é possível promover a paz e é construindo a paz que são lançadas as bases para um humanismo integral autêntico. Nisto encontra resposta a preocupação de tantos dos nossos contemporâneos em relação ao futuro. Sim, o futuro poderá ser sereno se trabalharmos juntos pelo homem. O homem, criado à imagem de Deus, possui uma dignidade sem igual; o homem, que é tão digno de amor aos olhos do seu Criador, que Deus não hesitou em dar por ele o seu Filho. Este é o grande mistério do Natal, que acabámos de celebrar e cuja atmosfera jubilosa prosseguiu até este nosso encontro de hoje. No seu compromisso ao serviço do homem e da construção da paz, a Igreja está ao lado de todas as pessoas de boa vontade e oferece uma colaboração abnegada. Que juntos, cada um no que lhe compete e com os seus próprios talentos, saibamos trabalhar na construção de um humanismo integral, o único que pode garantir um mundo pacífico, justo e solidário. Acompanho estes votos com a oração que elevo ao Senhor por vós próprios, pelas vossas famílias, colaboradores e por todos os povos que representais.

Obrigado a todos!

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana